

# O PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO E A REAFIRMAÇÃO DAS REGIÕES

Santiago Andrade VASCONCELOS<sup>1</sup>

Alcindo José de SÁ<sup>2</sup>

## RESUMO

As pretensões contidas no presente artigo visam entender o período atual a partir da região e entender a região a partir do período, dialeticamente. Para tanto, partiu-se previamente para uma contextualização referente às características do período, enquadrando neste, a questão da reafirmação da região enquanto realidade geográfica do mundo, portanto, passível de estudos. O enfoque é dado sobre as regiões tidas como letárgicas, ou seja, aquelas que não têm densidades consideráveis dos aportes do meio geográfico típico da globalização - técnica, ciência e informação. As regiões letárgicas são aquelas que ocupam posições marginais na dinâmica capitalista, porém não são dispensadas de suas lógicas. Ressaltam-se algumas reflexões metodológicas que buscam o entendimento do fenômeno regional no atual período, dando destaque para a própria compreensão da globalização, considerada como imprescindível na percepção da realidade em sua totalidade.

**Palavras-chave:** globalização, região, região letárgica, geografia.

## ABSTRACT

The claims contained in this article aimed at understanding the current period from the region and understand the region from the period, dialectically. For both, went up for a previously contextualization regarding the characteristics of the period, incorporating this, the issue of the reaffirmation of the region as geographical reality of the world, therefore, likely to studies. The focus is given on the regions considered lethargic, or those that do not have considerable densities from contributions of the geographical environment typical of globalization - technical, science and information. The lethargic regions are those who hold marginal positions in the dynamic capitalist, but they are not exempted from their logic. Stress some methodological reflections seeking the understanding of regional phenomenon in the current period, paying attention to the own understanding of globalization, seen as vital in the perception of reality in its integrality.

**Key words:** globalization, region, lethargic region, geography.

## 1. INTRODUÇÃO

Nossa pretensão no presente artigo é contextualizar a questão da região frente ao período da globalização que, para nós, constitui-se em alicerce explicativo do real. Trabalhamos com a idéia de que a região continua existindo na atualidade, portanto ela ainda é uma categoria geográfica válida na explicação do mundo. Após o desencantamento

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: santiagovasconcelos@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br.

com a esperada homogeneidade espacial que adviria a partir do alastramento do capitalismo no mundo, característica das últimas décadas do século XX, a questão da região emerge como nunca na concretude territorial. Nunca na história do capitalismo os dados particulares das regiões foram tão bem aproveitados pelos capitalistas como hoje, graças às próprias possibilidades oferecidas pelos dados centrais do período como a ciência, a técnica e a informação. Em seu movimento global frenético, os investidores estão sempre buscando regiões e lugares mais rentáveis, num processo incessante de seletividade e marginalidade de regiões, cujo efeito será a configuração de regiões densas, luminosas e dinâmicas, como também de regiões, rarefeitas, opacas e sem dinamismo econômico, quais sejam: as regiões letárgicas. Entretanto a configuração regional não é um dado inerte no frenesi da competitividade, a qualquer momento pode surgir um ambiente favorável a inserção de regiões letárgicas nas dinâmicas centrais da economia global, como também deixar outras a revelia.

O atual período da globalização tem como característica geográfica a montagem do meio técnico-científico-informacional, dado central do período e da produção globalizada. Portanto, enfatizar-se neste estudo, a necessidade de verificarmos como o período está se manifestando nas regiões letárgicas, haja vista que ele não é uma particularidade apenas das seletas regiões dinâmicas da economia global, e sim, uma realidade concreta em todas as regiões, embora guardando suas singularidades em que o acúmulo histórico regional é considerado diante do acolhimento, adaptação ou rejeição do novo, das modernidades trazidas pelo período.

O roteiro de redação da presente reflexão inclui contextualizações, com certa dose de compilações sobre a globalização e a região, mostrando algumas características basilares do período atual, bem como, procurando enquadrar a questão da reafirmação da região, da existência do fenômeno regional. Num segundo momento, fazemos alguns apontamentos de como encarar o estudo regional no período atual, principalmente destacando as regiões letárgicas. Finalmente é tecida algumas considerações sobre evidências empíricas das regiões letárgicas, dando destaque para o caso brasileiro.

Vale destacar que este não se trata de um trabalho acabado, mas de observações que visam uma reflexão inicial a respeito do assunto, portanto deixando questões em aberto ou mesmo podendo conter algumas distorções.

### **1.1. O Período da Globalização e a Reafirmação da Região**

Para Milton Santos, “a globalização constitui o estágio supremo da internacionalização, a ampliação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos” (SANTOS, 2005). Segundo a interpretação do mesmo, a globalização é uma nova fase da história humana, devido cada época se caracterizar pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas e sistêmicas que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor suas leis. Com isso, o geógrafo acrescenta que “podemos admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea” (SANTOS, 2005). Portanto, os aspectos geográficos da globalização são passíveis de interpretações a luz das matrizes teórico-metodológicas da Ciência Geográfica, até porque, segundo Santos e Silveira (2003) “o meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização”, ou seja, os espaços mais tocados pela globalização tendem a ter uma maior densidade técnica, científica e informacional, materializadas ou não, e em uso no território. Entretanto, vale dizer que nem todos os subespaços são tocados com o mesmo grau dos artifícios geográficos que são expressão da globalização, mas há várias outras situações e graus intermediários.

O estudo do espaço geográfico, em suas diversas escalas, possibilita revelar os distintos graus dos impactos da globalização e sua feição espacial no meio geográfico enquanto instância capaz de aclarar este atual período histórico como ele realmente é, ou seja, o espaço pode mostrar empiricamente as facetas do período atual, desde que se parta para o entendimento dialético proposto por Santos (2002b), que o encara como sendo a indissociabilidade dos sistemas de objetos e sistemas de ações.

Na verdade a constituição e emergência do meio técnico-científico-informacional ocorre concomitante com o estágio supremo da globalização, pois ambos são processos indissociáveis e condicionantes um do outro.

A globalização, essa nova dinâmica que vem se forjando e se afirmando cada vez mais na atualidade, está provocando impactos e modificações em todas as instâncias sociais<sup>3</sup> e lugares, inclusive e, sobretudo, no espaço, que é ao mesmo tempo lastro e condicionante desse processo, pois, para Santos (1998a), “[...] o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro

---

<sup>3</sup> Para o sociólogo brasileiro Octávio Ianni “a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, econômicas, e sociedades, culturas e civilizações” (IANNI, 2001).

entre esse passado e o futuro, mediante as relações sociais do presente que nele se cristaliza”. É uma verdade irrefutável que o processo de globalização vem operando no mundo como um todo, com maior ou menor intensidade em cada lugar, mas, esse processo não apaga nem se faz sem as cristalizações espaciais independente de suas idades. É preciso enfatizar que a “dinâmica globalizante não apaga restos do passado, mas modifica seu significado e acrescenta, ao já existente, novos objetos e novas ações características do novo tempo”, com isso, “agravam-se diferenças e disparidades, devidas, em parte, aos novos dinamismos e outras formas de comando e dominação” (SANTOS e SILVEIRA, 2003).

A globalização, que no dizer do sociólogo Ianni (2001) “assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória”, com implicações para todos os lugares, embora com intensidades variadas, pois a partir da sua ordem local, cada qual tem maior ou menor poder atrativo de densidades do período atual. Ocorre que, com a globalização a totalidade e seu processo de totalização estão se dando em outros padrões, o que modifica tanto a totalidade (produzida e cristalizada) quanto à totalização (se fazendo, a ser feita, em processo) “já que as duas são interdependentes” (SÁ, 1998).

Sintetizando, Santos (1998a), afirma que embora a globalização ocorra “em graus diversos”, há uma “unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único mundo”. Tudo isso que está ocorrendo nos dias atuais, se dá graças aos avanços da ciência que desenvolveu a produção de um conjunto de sistemas de técnicas que são presididas pelas técnicas da informação “que passaram a exercer um papel de elo entre as demais, unindo-as e assegurando ao novo sistema técnico uma presença planetária” além de ser “o resultado das ações que asseguram a emergência de um mercado dito global, responsável pelo essencial dos processos políticos atualmente eficazes” (SANTOS, 2001).

Conforme o mesmo autor, acima referido (2001), pode-se explicar a “arquitetura da globalização” através da unicidade técnica, da convergência dos momentos, da cognoscibilidade do planeta e da existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada<sup>4</sup>. Para nós, a mais-valia atingiu uma abrangência planetária que a tornou o verdadeiro motor que impulsiona os demais componentes da “arquitetura da globalização”, uma vez que todos os demais componentes têm, no fundo, como fim, oferecer as mais adequadas condições para se alcançar a melhor eficiência em termos de

---

<sup>4</sup> Vide Santos (2001, pp. 24-33).

expropriação/acumulação ampliada dessa mais-valia globalizada. Então, no nível empresarial, “as empresas, na busca da mais-valia desejada, valorizam diferentemente as localizações. Não é qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma” (SANTOS, 2001). Mas, com a globalização, a escala de possibilidades de atuação dos agentes hegemônicos se amplia, podendo alcançar o todo planetário, implicando no aumento do leque de opções de regiões e lugares a serem escolhidos e usados por esses agentes. Como resultado dessa nova possibilidade, temos o acirramento da competitividade não só entre os agentes, mas, agora, entre lugares, que Santos apropriadamente, usando uma metáfora, chamou de “guerra dos lugares” (2002b).

O papel do Estado no mundo globalizado é outra questão a ser considerada, uma vez que sua participação na vida econômica muda completamente. Antes da globalização, Santos e Silveira (2003) observam que “a produção realizada em cada país ou, em outras palavras, a participação deste na divisão internacional do trabalho respondia, pois, a uma equação na qual o processo de internacionalização era limitado em função de relações privilegiadas entre Estados. Desse modo”, enfatizam os autores, “a instância política obtinha certa ascendência sobre a instância econômica”; de maneira que a economia, “em última razão, era regulada pela política interna de cada país como a respectiva política internacional”. Nesse período “as localizações eram ditadas pela presença de recursos naturais, ou infra-estruturas, ou sociopolíticas, quando estes apareciam como vantagens comparativas”. Complementando, dizem que “em todos os casos as normas estabelecidas pelo Estado, relativamente a tarifas, impostos, financiamentos, créditos, salários etc., acabavam tendo um papel de regulação ao qual as empresas interessadas deveriam adaptar-se”<sup>5</sup>.

Com a globalização, começam a reinar outros imperativos e o Estado redireciona sua atuação na vida econômica, frente a um ambiente em que “a divisão internacional do trabalho ganha novos dinamismos, sobretudo nos países subdesenvolvidos. A lógica das grandes empresas, internacionais ou nacionais, constituem um dado da produção da política interna e da política internacional de cada país”. Por outro lado, diferentemente da fase anterior, “com a globalização, confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar num dado país”, o que segundo os autores, “exige a adoção de um conjunto de medidas que acabam

---

<sup>5</sup>Mas, para Santos e Silveira (2003), “isso não quer dizer que as empresas poderosas abdicassem da prática de tentar convencer os governos, sugerindo políticas. Sua existência e seu desenvolvimento dependiam, de fato, dessas políticas que os respectivos Estados adotavam, ou não, segundo o projeto de desenvolvimento escolhido”.

assumindo um papel de condução geral da política econômica e social” (SANTOS e SILVEIRA, 2003).

A partir do contexto até aqui brevemente apresentado, reconhece-se o estabelecimento de “uma ordem global” que implica numa “ordem geográfica” imposta aos lugares, que devem se adequar às demandas em voga, para se tornarem atrativos e acolhedores ao uso dos “agentes hegemônicos globais”. Porém, em realidade, podemos verificar que nem todos conseguem inserção no seletivo circuito espacial dos lugares competitivos, pois, por outro lado, os que não fazem parte desse circuito seletivo, passam a ser marginalizados, dando o tom desafinado frente à pretensa harmonia orquestrada pelos que defendem a afinação perfeita da globalização, produtora de “maravilhas sonoras” induzida aos diferentes povos nos mais diferentes lugares. Ora, é bem verdade que em prática, temos como resultado uma fragmentação territorial com implicações em diferentes sentidos da condição humana<sup>6</sup>. Santos (2001), em sua obra “Por uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal”, trata de mostrar a face despótica da globalização, ou seja, como ela realmente é, desvendando o que está por trás de seu “véu” tecido por uma ideologia mascaradora da realidade, encobridora das mazelas sociais que foram agravadas no atual período, contraditoriamente com todo o progresso do arsenal técnico, científico e informacional, que, se bem utilizado, poderia proporcionar uma melhoria na qualidade de vida para todos.

A máscara (ou seu conteúdo ideológico) serve para realçar uma das suas facetas contraditórias, que procura afirma-se ideologicamente como panacéia para os males e aflições sofridas pela maior parte da humanidade. Mas, como dissemos, ela é uma contradição em si, uma vez que “globalização rima com integração e homogeneização, da mesma forma que com diferenciação e fragmentação” (IANNI, 2001)<sup>7</sup>.

Essa contradição vista sob o ângulo propriamente geográfico, expressa-se espacialmente sob a forma de seletividades e marginalidades espaciais, duas faces do

---

<sup>6</sup>Esse assunto da fragmentação territorial é mostrado com propriedade por alguns autores em alguns artigos de uma obra organizada por Santos; Souza e Silveira (1998b), cf. referência no final deste trabalho.

<sup>7</sup>Para Ianni (2001) “a sociedade global está sendo tecida por relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, integração e antagonismo, soberania e hegemonia. Trata-se de uma configuração histórica problemática, atravessada pelo desenvolvimento desigual, combinado e contraditório. As mesmas relações e forças que promovem a integração sustentam o antagonismo, já que elas sempre deparam diversidades, altitudes, desigualdades, tensões, contradições. Desde o princípio, pois, a sociedade global traz no seu bojo as bases do seu movimento. Ela é necessariamente plural, múltipla, caleidoscópica. A mesma globalização alimenta a diversidade de perspectivas, a multiplicidade dos modos de ser, a convergência e a divergência, a integração e a diferenciação; com a ressalva fundamental de que todas as peculiaridades são levadas a recriar-se no espelho desse novo horizonte, no contraponto das relações, dos processos e das estruturas que configuram a globalização”.

mesmo processo de desenvolvimento desigual-combinado, portanto, contraditório; não que esse seja uma novidade, o que é novidade é a sua difusão intensificada em menor espaço de tempo e em todos os lugares. Isso está ocorrendo nesses moldes, devido eleger-se os espaços mais bem dotados de auferir o maior lucro possível. Geralmente esses espaços são ocupados pelas grandes firmas internacionais ou nacionais, que por força de vários mecanismos, eliminam quem quer que possa ser um empecilho. Nesse processo, em geral, o Estado é complacente, e mesmo um dos seus facilitadores/promovedores através de suas políticas neoliberais e da adequação do arcabouço normativo. Esses espaços “privilegiados” são, no entender de Santos (1998a), os “espaços da globalização”.

Daí uma das maiores contradições das políticas neoliberais em função da globalização, ao se pregar a “morte do Estado”, quando na verdade há é uma reorientação nas políticas estatais em favor do mercado e em detrimento da população mais necessitada de bens e serviços até elementares. É por isso, que Santos (2001) fala de uma globalização como fábula, que no tocante ao Estado, diz que “fala-se, igualmente, com insistência na morte do Estado, mas o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil” (SANTOS, 2001).

Prega-se igualmente uma fluidez sem precedentes e sem empecilhos espaciais, partindo-se da idéia de que houve um encurtamento das distâncias e que o espaço geográfico deixa de ter importância. De fato, houve um surpreendente desenvolvimento e integração entre as diversas formas de circulação, entretanto, vale salientar que não está ao alcance de todos, mas sim, para uma pequena fração hegemônica. Por outro lado, vale dizer que nem todos os lugares estão dotados de sistemas de engenharia que permitam essa circulação desenfreada e frenética. No caso do mercado financeiro, há interpretações que afirmam que os dados espaciais não importam para os investidores, uma vez que eles podem migrar na “velocidade da luz” entre os lugares mais afastados possíveis. Tudo bem é verdade, é possível sim movimentar grande quantidade de dinheiro eletrônico de um lugar para outro em frações de segundo, mas também é verdade que não se aplica dinheiro em qualquer lugar; não são todos os lugares que oferecem as condições propícias para uma maior rentabilidade e reprodução do capital.

Ultimamente, há várias interpretações apressadas frente à globalização, versando sobre variados assuntos, inclusive pertinentes a geografia com bem atesta Benko (2001), ao se referir que

vários analistas, ao observarem o crescimento do intercâmbio em escala mundial em todos os domínios nessas duas últimas décadas, aventaram a hipótese de que o fim da geografia está próximo (O'BRIEN, 1992), assim como outros haviam previsto o fim da história (F. Fukuyama), o fim do trabalho (J. Rifkin), o fim dos estados-nação (K. Ohmae). De maneira indiscutível, a mundialização da economia, sustentada pelas novas tecnologias da informação e de comunicação, assim como pelos transportes de alta velocidade, modifica as escalas territoriais ou, pelo menos, nossas relações ao espaço.

Mas, segundo o mesmo autor (p. 8), o que está ocorrendo não comprova as hipóteses formuladas por esses interpretes, pois,

contrariamente às hipóteses aventadas por muitos, o encolhimento do mundo revitaliza a geografia. Os efeitos de distância exercem uma influência considerável sobre a estruturação das relações econômicas e sociais. É claro que o tempo das Nações não terminou, e os Estados continuam exercendo um papel crucial em muitas áreas (notadamente na formação, nos equipamentos, nos transportes, etc.); mas, preso entre a dimensão local e a global, seu lugar na economia foi redefinido (grifo nosso).

Acompanhando o pensamento de Georges Benko, Sá (2005), elucidativamente, mostra que

é nesta nova circunstância histórica que desponta uma nova dialética; uma nova contradição: se o mundo do capital tem demandado cada vez mais fluidez, flexibilidade, velocidade, trabalho desmaterializado, o virtual, este mundo talvez não requeira o espaço, mas é forçado a encará-lo como resistência, campo de força de embate social, assim como ente imprescindível aos seus investimentos em diversos setores. Afinal, para mim, é uma tremenda tautologia argumentar que o capitalismo valoriza certos espaços e passa a comandá-los nos seus processos inclusivos e exclusivos, sem se ater às suas concretudes “sócio-naturais”, sócio-geográficas.

A pretensa homogeneização pregada por alguns, devido à globalização, não se sustenta diante dos fatos concretos do real, pois concomitantemente ocorre um processo permanente de “reconstrução da heterogeneidade e da fragmentação via novas



desigualdades e recriação da diferença em todos os cantos do planeta” (HAESBAERT, 1999). De outra maneira, Benko (2001) diz que “globalização não significa, portanto, homogeneização do espaço mundial, mas, ao contrário, diferenciação e especialização”, o que permite a reafirmação da existência de regiões.

Assim, a região segue existindo forjada pela própria contradição capitalista, em seus processos de diferentes graus de seletividades e marginalidades de determinados recortes do espaço. Processos esses que têm hoje, a escala global como parâmetro de ação.

## **1.2. Para Entender a Região no Período da Globalização**

Tratada dentro do leque de possibilidades de estudo abarcada pela Ciência Geográfica, a região é uma das mais antigas, complexa e controversa das preocupações dos geógrafos. Contudo, apesar de sua antiguidade na abordagem geográfica, ela ainda continua corrente em pesquisas de alguns geógrafos e não geógrafos, mesmo frente às apregoadas teorias que ditam a “morte da região”, que têm como viés interpretativo, o fato do espraiamento capitalista recente que passa a cobrir praticamente a totalidade dos quadrantes territoriais do Planeta.

É bom frisar, primeiramente, que há regiões por haver heterogeneidade espacial, passíveis de delimitação territorial. O espaço banal não é homogêneo. É formado pelo conjunto de subespaços diferenciados em sua organização específica e historicamente determinada pelas relações dialéticas do fazer-refazer-fazer dos sistemas de ações em sintonias indissociáveis com os sistemas de objetos, criando assim, espaços distintos, mas, interligados, que em conjunto, asseguram o funcionamento total da sociedade. São as distintas feições das relações sociais, econômicas, culturais, técnicas, naturais etc., constituídas e apropriadas historicamente, que caracterizam e dão peculiaridades ao espaço, possibilitando divisá-lo em pedaços diferenciados, com atribuições funcionais específicas. De acordo Haesbaert (1999), esse recorte espacial do específico e do singular no enfoque regional, é ponto comum entre os clássicos da geografia, como Vidal de La Blache, Carl Sauer e Richard Rartshone (HAESBAERT, 1999).

Esses recortes espaciais seriam o resultado da simbiose do conjunto de feições internas somada às ligações com as feições externas, ritmadas pela divisão do trabalho e portadas por redes de toda ordem. São essas relações, ocorrendo no território de modo particular, que viabilizam chamarmos esses pedaços do espaço de região, que podem se manifestar em diferentes escalas, mas sempre estando incluídas na lógica de uma

totalidade em seu processo de totalização, por ela ser parte de um todo, como bem lembra a geógrafa Sandra Lencione, para quem:

[...] o conceito de região está vinculado à idéia de parte de um todo. Nesse sentido, conduz diretamente à idéia de divisão e à questão da dimensão das partes. Mas, cada parte é igualmente parte de um todo, mas também se constitui numa totalidade. Essa possibilidade de ser, ao mesmo tempo, parte e todo só pode ser compreendida se tomarmos a concepção dialética da totalidade; considerando-a como uma totalidade aberta e em movimento (LENCIONE, 2003).

Assim, a região como parte de um todo tem um papel funcional a desempenhar na engrenagem complexa do todo em seu processo dialético e sempre inacabado de totalização, uma vez que o território é formado por frações funcionais diversas. Sua funcionalidade depende de demandas em vários níveis, desde o local até o mundial (SANTOS, 1985).

Poderíamos ter como pressuposto da diferenciação espacial o fato de que “o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço” (SANTOS, 2002a), e mais, “o espaço sempre foi o lócus da produção. A idéia de produção supõe a idéia de lugar. Sem produção não há espaço e vice-versa” (SANTOS, 1985). Portanto, ao longo da história, as diversas frações do espaço foram sendo apropriadas e construídas diferentemente através do trabalho e de acordo com a cultura de cada povo, dando assim, seu modo de produção. Esse processo, só vai receber mudança significativa com a emergência do sistema capitalista e seu espraiamento acentuado, chegando hoje, a se expandir por sobre praticamente toda a face do globo<sup>8</sup>. Entretanto, o que poderia ser a primeira vista uma homogeneização espacial é, na verdade, uma heterogeneidade, pelo fato das próprias contradições internas que asseguram o funcionamento do sistema. Assim, temos como resultado, o desenvolvimento desigual e combinado, expresso geograficamente em desigualdades espaciais, sendo que esta deve ser vista “como parte de um todo que é o desenvolvimento contraditório do capitalismo”, como bem assevera Smith (1988).

Contudo, a diferenciação espacial produzida pelo próprio sistema capitalista tem bases de sustentação na divisão territorial do trabalho, pois, voltando a lembrar Smith (1988, p. 152), este nos diz que “a divisão do trabalho na sociedade é a base histórica da diferenciação espacial de níveis de desenvolvimento. A divisão espacial ou territorial do

---

<sup>8</sup> Segundo Smith (1988, p. 151) “a Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mais do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior”.

trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho”. Assim, as segmentações assentadas espacialmente com suas desigualdades entre si, servem a usos seletivos, com funções distintas para cada recorte territorial, daí emergir a questão da região. Esses usos seletivos do território são interligados e assegurados por fluxos, já que “o espaço é o teatro de fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações”, além do que, “o espaço total é formado por todos esses fluxos e por todos os objetos existentes” (SANTOS, 1999).

De acordo com Santos (1998a) regiões são subdivisões do espaço, desde o espaço total até o espaço local, já que as cidades maiores são passíveis de regionalização. Para o autor supracitado, “as regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional”. Conforme ainda o autor mencionado, são justamente as sucessivas divisões do trabalho (cada vez mais ampliadas e intercambiais, resultando na aceleração do movimento e das mudanças), que movem tal realização regional.

A divisão territorial e social do trabalho<sup>9</sup>, “movidada pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares” (SANTOS, 2002b), como também “cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições”. “Cada lugar, cada subespaço, assiste, como testemunha e como ator, ao desenrolar simultâneo de várias divisões do trabalho”, cada qual com suas temporalidades oriundas de cada evento, com sua escala de abrangência, obedecendo a um papel específico na hierarquia organizada pela própria divisão que se materializa, criando um tempo-espaço particular resultante desse movimento conjunto. A divisão territorial do trabalho resulta na distribuição de práticas espaciais nas diferentes regiões, ou seja, “um conjunto de ações espacialmente localizadas” (CORRÊA, 2002).

Nesse contexto, as regiões são, ao mesmo tempo, condicionantes e condicionadas pela divisão territorial do trabalho, que busca fins específicos de cada lugar, para tanto, leva em conta as formas-conteúdo<sup>10</sup> de cada região do Planeta, ou seja, a composição

---

<sup>9</sup> “A divisão social do trabalho é freqüentemente considerada como repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho vivo. Essa distribuição, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho. Essas duas formas de considerar a divisão do trabalho são complementares e interdependentes” (SANTOS, 2002b).

<sup>10</sup> Segundo Santos (2002b) as formas e seus conteúdos seriam o próprio espaço, ou seja, as formas mais as ações que lhe dão conteúdo e significado contextualizado de acordo com cada momento dinâmico da totalidade. Com o processo permanente de totalização as formas e os conteúdos vão mudando para formarem uma outra totalidade fugaz em sua totalização, num constante fazer-refazer-fazer.

técnica-organizacional, que agora, com a “cognoscibilidade do Planeta” passa a ter suas possibilidades conhecidas na escala mundial (SANTOS, 2002b).

Contrariando quem imagina que a região acabou, devido ao estágio atual da globalização, Santos (2002b) mostra que “na mesma vertente pós-moderna que fala de fim do território e de não-lugar, inclui-se, também, a negação da idéia de região, quando exatamente, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização”. Mais enfaticamente, Santos (2002) nos diz que “as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconhecamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamamos por outro nome”.

O autor, supracitado, atualiza a maneira como devemos enxergar a região diante das rápidas transformações do nosso tempo, então vejamos alguns apontamentos do autor:

Acostumamo-nos a uma idéia de região como subespaço longamente elaborado, uma construção estável. Agora, neste mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repentinas, na forma e no conteúdo das regiões. Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte territorial.

As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração ao edifício regional. Mas isso não suprime a região, apenas ela muda de conteúdo. A espessura do acontecer é aumentada, diante do maior volume de eventos por unidade de espaço e por unidade de tempo. A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem (SANTOS, 2002b).

Segundo Silveira (2003), “para compreender a existência e a constituição, hoje, da região, seus papéis, suas funções e seus limites, torna-se necessário, como para tantas outras situações, considerar o presente como um período histórico”. Para essa geógrafa a globalização pode ser entendida como um período histórico, uma vez que a ciência, a técnica e a informação comandam a produção e o uso dos objetos, concomitantemente impregnam as ações e determinam as normas. Este também é o período da aceleração (SANTOS, 2002b), em que

intensificam-se as trocas, as relações entre diferentes áreas do Globo tornam-se mais intensas e assumem diversos papéis, não só econômicos, mas também políticos, culturais etc. Qualquer parte do Globo ganha nova conotação, tornando-se cada vez mais aberta, mais vulnerável às influências exógenas. As crescentes relações com áreas cada vez mais distantes, suprimem as veleidades de autonomia. Não há, pois, como considerar a região como autônoma (SANTOS, 1997).

É certo que o mundo mudou e com ele a região. Ora, “o mundo, como um todo, tornou-se uno para atender as novas necessidades da nova maneira de produzir, que passa por cima das regiões, países, culturas etc. Mas, enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente” (SANTOS, 1997). Assim, “se o espaço se torna uno”, continua o autor, “para entender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização”. E ao contrário do pensamento de alguns, M. Santos prossegue e vai nos dizer que “esta [a mundialização] não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças, reforça-as e até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. Com isso, surgem novos conteúdos no fato regional e a necessidade de interpretá-los de acordo com o tempo atual. Para tal desafio, Santos (1997) nos oferece algumas dicas, como seguem:

- Entender o funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos;
- Estudar as relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição;
- Compreender as diferentes maneiras de como um mesmo modo de produção se reproduz diferentemente nas regiões, dadas as suas especificidades herdadas somadas as novas dinâmicas.

Um outro dado síntese a ser entendido na compreensão da região, é como as modernizações do período se geografiza no território da mesma. De acordo com Silveira (1999),

a modernidade é o resultado de um processo pelo qual um território incorpora dados centrais do período histórico vigente que importam em transformações nos objetos, nas ações, enfim, no modo de produção.

Todavia, a modernidade é um corte metodológico do rearranjo permanente, nos lugares, dos vetores do mundo. Daí falarmos em modernidades no plural, porque cada época é definida pelas respectivas modernizações.

Entretanto salientamos que o acolhimento das modernizações nas regiões, não ocorrem da mesma forma, elas provocam impactos diferentemente, pois “concorrerão” para isso “a história do lugar, as condições existentes no momento da internalização (quando o que é externo a uma área se torna interno) e o jogo de relações que se estabelecerá entre o que chega e o que preexiste” (SANTOS, 1997). Daí pode surgir conflitos entre o já existente e o novo que está chegando. Em outras palavras, isso se traduz no período atual num conflito entre racionalidades portadas por verticalidades e contraracionalidades dadas pelas horizontalidades. Desse conflito, admitamos, também pode surgir contra-finalidades.

Outra concepção que não pode faltar é o entendimento da inseparabilidade de tempo e espaço. Conforme Santos (2002b), “tempo e espaço são uma só coisa, metamorfoseando-se um no outro, em todas as circunstâncias. Mas se queremos ir além do discurso e operacionalizá-lo para que se torne um conceito eficaz, temos de igualar espaço e tempo, isto é, tratá-los segundo parâmetros comparáveis”. Assim, para entender a região, deve-se considerar o tempo e o espaço inseparavelmente, ou seja, tratá-los em conjunto.

Para o entendimento da realidade da sociedade nessa inseparabilidade tempo-espaço, Santos (2002b) nos traz uma importante contribuição, por entender que em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana em processo, isto é, realizando-se. Essa realização se dá sobre uma base material: o espaço e seu uso; o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas; as ações e suas diversas feições.

Há de se acrescentar ainda que “o estudo do espaço exige que se reconheçam os agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e dono dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho” (SANTOS, 2002a). Assim, podemos desvendar as relações de produção, os agentes dominadores e os dominados ou os exploradores e os explorados, além dos meios utilizados para forjar tais relações. Essas relações se dão numa hierarquia organizada internamente e vinculada ao externo, já que o lugar não está isolado do todo. Ou melhor, reproduzem-se no lugar relações que se passam numa escala bem maior.

Nossa concepção considera a região como área de ocorrência de fenômenos que, com o movimento permanente da história, acumula (acolhe em parte ou rejeita) eventos do

mundo, da mesma forma, ela também é produtora e desencadeadora de eventos, devido sua herança material e imaterial, e assim, criam-se e recriam-se formas materiais e sociais que desenham seus contornos sempre mutáveis. Daí porque, Silveira (2003) corrobora, afirmando que a cada novidade da história, a extensão e os limites do fenômeno regional mudam. Como o movimento do fazer e refazer são contínuos e se dão com e como eventos, as formas e limites regionais estão em constantes mudanças, não podendo ser tratadas sob a ótica absolutista e escalar<sup>11</sup>. Assim, a região se daria como “resultado de um processo e não como ponto de partida estático, os limites seriam uma manifestação do tamanho do acontecer. Muda a extensão do fenômeno – a região – porque muda a constituição do território. A coerência funcional – e não os limites – definiria a continuidade da vida da região” (SILVEIRA, 2003).

Entender a complexidade do fenômeno regional num período de “tempos rápidos”, de mudanças permanentes e da interligação do Planeta, que passa a ser reticulado, com a efetivação de variados tipos de fluxos, não é tarefa fácil, pois requer habilidade em compreender dialeticamente a região inserida no todo e, da mesma maneira, compreender o todo na região. Uma das possíveis estratégias metodológicas que tanto abarca o interno regional quanto o externo é, o recorte das horizontalidades e das verticalidades, visto que, as horizontalidades nos revelam o acontecer solidário, o uso propriamente dito do território, a produção, os capitais fixos, o trabalho, o trabalhador e as técnicas, a organização, os arranjos e rearranjos das relações de produção interna, a complacência e a revolta, etc. Enfim, mostra a vida em todas as suas dimensões circunscritas a região, da mesma maneira que mostra a empiricização do tempo enquanto eventos reais e geograficamente materializados, garantindo continuidade transformadora e funcionalidade ao mutante arcabouço regional. Mas as horizontalidades não se dão independentes ou isoladas do mundo, mas com o mundo. Daí porque incluir as verticalidades, já que estas são as responsáveis pela ligação seletiva do acontecer regional com os outros acontecimentos do mundo. São as verticalidades que nos propicia percebermos a parcela da vida regional que são ditadas e produzidas à distância. Elas permitem revelar os artifícios usados para que interesses longínquos sejam atendidos no plano horizontal da região, como também, evidencia como os eventos atingem seletivamente a mesma, frente a um cenário de divisão internacional do trabalho assentada em territórios distintos. Em suma, as coexistências de

---

<sup>11</sup> “Ancorada numa concepção de escala cartográfica, a visão geométrica da geografia e do espaço pretende definir a região a partir dos limites. Essa visão escalar e, em consequência, a visão escalar se antepõem à escolha das variáveis consideradas pertinentes à interpretação de um fenômeno. Assim, mudando-se os limites... acabaria a região...” (SILVEIRA, 2003).

horizontalidades e verticalidades dão a dinâmica das regiões, dos lugares e do mundo. Aliás, o mundo só se faz concretude, objetivamente nas regiões e nos lugares.

Realizando um corte horizontal na região podemos revelar sua composição técnica e organizacional atrelada ao seu território. A composição organizacional das regiões letárgicas pode ser reveladora de modos diferentes de fazer, agir e de pensar o mundo. São cristalizações herdadas pelo coletivo regional que lhe dar uma identidade própria, muitas vezes, desordenadoras e avessas às inovações externas, as imposições alienígenas. Já a composição técnica refletirá de certa forma, a composição organizacional, já que ambas são indissociáveis no processo de construção e reconstrução regional. No prisma mercadológico e mais visível com o corte vertical, essa composição é imprescindível enquanto potencial para ação seletiva capitalista, já que o aproveitamento das diferenciações espaciais assegura a funcionalização e a reprodução do sistema na escala mundial, resultando em particularidades funcionais sob a forma de regiões e hierarquizadas através da divisão territorial do trabalho.

### **1.3. Alguns Apontamentos Sobre as Regiões Letárgicas no Período da Globalização**

No caso particular do Brasil, marcado historicamente pela desigualdade socioespacial, representada por uma questão regional persistente e pertinente, a atuação do Estado, praticamente negou ou não quis mudar essa realidade ao adotar as políticas neoliberais e deliberar ações seletivas espacialmente, principalmente, a partir da década de 1990, quando implementou um conjunto de medidas que reforçou as disparidades regionais através do “Brasil em Ação” e do “Avança Brasil”<sup>12</sup>. Segundo a professora Tânia Bacelar de Araújo (comunicação pessoal), a grande opção que estava na base desses projetos era a “integração competitiva dos ‘pedaços competitivos’ do Brasil na economia mundial”. Segundo a professora, essa política “atua no sentido de levar melhorias de condição de competitividade para os pólos dinâmicos, para os focos de dinamismo do país”, enquanto, em médio prazo, a tendência é “fortalecer a dinâmica dos mais fortes e deixar de fora os espaços menos competitivos, os espaços em reestruturação, e aqueles com dificuldades de se desenvolver”. (ARAÚJO, 2006). Em síntese, a ação do Estado em vez de corrigir distorções regionais, ao contrário, aprofundou-as.

São políticas que, “em suma”, têm como tendência, de acordo com o professor Jan Bitoun, “fortalecer quem já é forte e relegar ao abandono, temperado por algumas

---

<sup>12</sup> Ver entre outras fontes: [www.avancabrasil.gov.br](http://www.avancabrasil.gov.br).



compensações de ordem social, quem ainda é fraco” (BITOUN, 2002). Esse contexto que se fortalece e ganha “musculatura” a partir dos anos de 1990, instala a competitividade como uma das faces do despotismo da globalização. A ideologia competitiva é fragmentadora da nação na medida em que “todos os atores sociais, e entre eles os governos subnacionais e locais, acham que devem competir, instituindo uma guerra permanente entre os lugares e as pessoas” (BITOUN, 2002). Para Ianni (2000), “o que caracteriza a encruzilhada em que se encontra o Brasil na transição do século XX ao XXI é o **abandono e o desmonte do projeto nacional**, com as suas implicações político-econômicas e sócio-culturais” (grifo do autor). Conforme ainda este autor, “está em curso **a transição de uma nação em província**, com a transformação do aparelho estatal em aparelho administrativo de uma província do capitalismo global” (grifo do autor).

Se o Estado reforça a situação de letargia de certas regiões, na maioria das vezes as grandes empresas também não encontram um ambiente “adequado” nessas regiões letárgicas, excluindo-as de seus investimentos. Este é um círculo vicioso que se reproduz fazendo com que a região fique relativamente à margem das modernizações propiciadas pelo período, ou então, as receba pontualmente e/ou tardiamente em relação às regiões mais dinâmicas ou luminosas do país.

Mesmo que em sua configuração territorial as regiões letárgicas não condensem em grande proporção os aportes materiais do período atual, grandes redes nacionais e globais de distribuição não excluem as mesmas de suas lógicas enquanto lugar de consumo de produtos (principalmente consumitivos) provindos até de grandes cadeias globais que chegam engendradas via informações preparadas através do marketing e transmitidas, principalmente, por redes televisivas e radiofônicas que criam necessidades globais nas regiões, provocando alterações nos padrões de consumo regional, fazendo com que bens produzidos localmente deixem de ser consumidos na região, abrindo espaço para os produtos das grandes corporações multinacionais. Um exemplo típico verifica-se na região do Seridó paraibano, uma vez que os produtos alimentares cultivados localmente eram armazenados e consumidos ao longo do ano, agora, logo após a colheita são destinados ao mercado, devido ao “fascínio do consumo”, daí vender hoje o que vai comprar amanhã. O impulso a venda dos produtos visa obter dinheiro e assim inserir-se na perversão do consumismo alienante. Outro exemplo da inserção das regiões letárgicas via consumo nas lógicas globais é dado por meio das redes do mercado financeiro que chegam aos mais recônditos lugares oferecendo crédito em diferentes modalidades e condições. Esses são apenas alguns acontecimentos ilustrativos encontrados nas regiões letárgicas frutos das

verticalidades que recortam as regiões e impactam nas horizontalidades, desestabilizando as solidariedades prévias e fazendo aparecer às conseqüências do período.

Não é de estranhar o desmonte do arcabouço regional elaborado no período anterior em função dos impactos do novo que está se instalando. Esses impactos são traduzidos em graves crises regionais, com demandas por mecanismos de superação. No panorama da divisão territorial do trabalho e da reestruturação produtiva, geralmente as regiões letárgicas apresentam como viabilidade territorial possível de inserção, o seu conteúdo organizacional herdado, que tem como um dos elementos de viabilização sua “frouxidão normativa”, além de mão-de-obra barata e ordeira, embora com baixa qualificação profissional<sup>13</sup>. O conteúdo organizacional desse tipo de região faz com que haja uma maior tendência para o uso do território por atividades “pesadas” ou “hardware”, uma vez que as atividades mais “leves” ou “software” encontram os melhores ambientes nas regiões luminosas.

No caso das regiões luminosas, no que tange as ações estatais, essas são direcionadas a equipar o território para fins de uso competitivo, de atração para ações de agentes hegemônicos, e não para melhorar a sobrevivência de seus cidadãos. Assim, revela-se o Estado no período atual: um privilegiador de quem já é privilegiado, competitivo e forte – os agentes hegemônicos –, e um Estado praticamente cego para os fracos. Essas ações do Estado têm como apoio, a concepção de promover a viabilidade do território para o uso competitivo e corporativo, na ânsia de inseri-lo na “guerra dos lugares”, uma guerra na escala global. Já no caso das regiões letárgicas, as ações do Estado nacional na maioria das vezes são de compensação social, relegando ações mais transformadoras as representações do Estado no nível sub-nacional que têm de formular estratégias de desenvolvimento.

Não negamos a força transformadora que pode emergir das regiões luminosas, apenas acreditamos que as regiões letárgicas podem ser adicionadas ao conjunto de preocupações dos estudiosos do nosso tempo, pois elas também são reveladoras da realidade e guardam um grande potencial que pode ser transformador da realidade. É bem verdade que ambos os tipos regionais da atualidade são faces da mesma moeda cunhada pela globalização despótica, por isso, não devem ser negligenciadas em nossos estudos.

Enfim, com a globalização e à fragmentação territorial, a questão da região deve aparecer no centro do debate e nas análises, uma vez que “o nosso planeta tem assim quatro níveis espaciais pertinentes de análise: o mundial, o supra-nacional (blocos

---

<sup>13</sup> Nossas considerações não estão negando o conteúdo técnico da região, apenas exemplifica através do conteúdo organizacional.

econômicos), o nacional (estado-nação) e o regional (local ou infra-nacional)” (BENKO, 2001). O certo é que a região, enquanto recorte real e explicativo da realidade, mantém sua capacidade explicativa sob o prisma geográfico. Portanto, concordamos com Albet I Mas (2001) ao afirmar que “a geografia regional segue sendo algo essencial dentro da prática geográfica”. Finalmente, diríamos que a regionalização é um processo amplo, instrumento de análise para o geógrafo em sua busca dos recortes mais coerentes que dêem conta das diferenciações no espaço (HAESBAERT, 1999).

A partir do exposto, verifica-se que as desigualdades regionais são ampliadas, ou seja, as regiões letárgicas fazem parte, objetivamente, da realidade nacional, por isso, devemos estudá-las, principalmente diante do período atual. Lembremos que esse período é uma realidade em todo território nacional, até mesmo nas regiões letárgicas, agora, há diferenças de densidades, porém sem excluir nenhuma região do movimento do todo. Portanto não há como encarar essa realidade acima aludida, desvinculada da questão regional, das suas manifestações particulares em cada região do país, sejam as mais dinâmicas, sejam as mais letárgicas.

## **2. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Muito tem se falado sobre globalização nos últimos anos. As falas partem das mais diversas matrizes teóricas, filosóficas e ideológicas. Se por um lado há aqueles que enxergam maravilhas nesse novo período da história, por outro, há aqueles que formulam duras críticas aos atuais modos como está se dando o seu direcionamento político, resultando em um processo de deterioração da condição humana.

Independente da visão de cada um sobre a globalização, o certo é que a mesma deve ser considerada como um período histórico sustentador e explicativo da realidade. Assim, o entendimento da região tem que acompanhar as mudanças emanadas do novo período para que não tenhamos interpretações distorcidas e inverídicas, ou mesmo para não acharmos que a mesma deixou de existir!

É no atual período que o meio geográfico passa a ser técnico-científico-informacional provocando mudanças nos arcabouços regionais de outrora por ocasião das novas possibilidades materiais e imateriais do tempo presente. No entanto, os restos do passado oferecem grande força coercitiva na elaboração da “nova região”.

A distribuição do meio técnico-científico-informacional forma uma cartografia composta por “regiões luminosas” e “regiões opacas”, devido os diferentes graus de densidades e rarefações dos dados geográficos do período atual. As “regiões luminosas” e

densas são aquelas privilegiadas pelo grande capital, portanto são os ditos espaços da globalização. O restante são as regiões desprivilegiadas e marginalizadas pela voracidade econômica que busca o maior lucro possível em menor espaço de tempo. Mas, nessas “regiões marginais” a vida não é eliminada, pois ainda são espaços povoados, vividos, em que seus habitantes têm como “pedaço de chão”, como abrigo e morada.

Esses espaços aparentemente recônditos aos olhos do grande capital são, na verdade, resultado de um mesmo processo sistêmico, produto do desenvolvimento desigual e combinado, expresso geograficamente em espaços diferenciados, porém interligados graças as necessidades imanentes a reprodução capitalista em escala mundial, uma vez que a esfera mercadológica, principalmente via consumo, atinge praticamente todos os lugares do mundo, até mesmo aqueles, aparentemente, mais inóspitos.

Acreditarmos que o estudo das regiões letárgicas é extremamente necessário para melhor interpretar a realidade como um todo. Com isso, poderemos melhorar nossa visão do Brasil e do Mundo. Apostamos nos estudos das regiões letárgicas enquanto possibilidade reveladora de outras solidariedades baseadas em contra-racionalidades/contra-finalidades possíveis de ser contributivas para repensarmos as políticas, os conceitos ou os paradigmas relacionados ao desenvolvimento em diferentes escalas. Análises precisas, e que levem em conta as regiões “marginais” ou os povos de “baixo”, podem resultar em subsídios de contraposição ao atual caminho que vem sendo trilhado pelo modelo adotado de globalização despótica, que tem como produto a exclusão da grande maioria da humanidade, condenada a privação das benesses que o período pode oferecer com suas modernizações e possibilidades nunca vividas na história da humanidade.

### **3. REFERÊNCIAS**

ALBET I MAS, A. 2001. ¿Regiones Singulares y Regiones sin Lugares? Reconsiderando el Estudio de lo Regional y lo Local em el Contexto de la Geografía Postmoderna. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. N. 32, p. 35-52.

ARAÚJO, T.B. de. 2006. Revisitando a Questão Regional. **Cadernos do Desenvolvimento**. v. 1, p. 59-76.

BENKO, G. 2001. A Recomposição dos Espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 1, n. 2, p. 7-12.

BITOUN, J. 2002. Nordeste: dimensões locais e regionais nas estratégias de desenvolvimento. In: *Observanordeste - Análises de Conjuntura*. Nordeste: Regionalismo & Inserção Global. Recife – PE: FUNDAJ/OBSERVANORDESTE, março/abril de 2002. Disponível em: <[http://www.fundaj.gov.br / notitia / servlet / newstorm.ns.presentation.NavigationServlet? publicationCode = 16&pageCode = 453&textCode = 2047&date = currentDate](http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=453&textCode=2047&date=currentDate)>. Acesso em: 20 de setembro de 2006.

CORRÊA, R.L. 2002. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E. et al (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. pp. 15-47.

HAESBAERT, R. 1999. Região, Diversidade Territorial e Globalização. **Geographia**. n. 1, p. 15-39.

IANNE, O. 2001. *A Era do Globalismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. 2000. O Declínio do Brasil-nação. **Estudos Avançados**. v. 14, n. 40.

LENCIONI, S. 2003. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP.

SÁ, A.J. de. 1998. **O Espaço Citricultor Paulista nos Anos 90: A (re) afirmação de um Meio Técnico-Científico-Informacional da Globalização**. Tese de Doutorado em Geografia Humana), Departamento de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo. 168p.

\_\_\_\_\_. 2005. **O Brasil Encarcerado. Das Prisões Fora dos Presídios às Prisões Internas aos Presídios: Uma Geografia do Medo**. Recife. Ed. Universitária da UFPE.

SANTOS, M. 1985. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel. 88p.

\_\_\_\_\_. 1997. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC. 124p.

\_\_\_\_\_. 1998. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC. 190p.

\_\_\_\_\_. 1998b. **O Retorno do Território**. In: \_\_\_\_\_; SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR. pp. 15-20.

\_\_\_\_\_, SOUZA, M.A.A. de; SILVEIRA, M.L. (Orgs.). 1998b. **Território: Globalização e Fragmentação**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC/ANPUR.

\_\_\_\_\_. 1999. O Dinheiro e o Território. **Geographia**. n. 1, p. 7-13.

\_\_\_\_\_. 2001. **Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal**. 7ª ed. Rio de Janeiro: RECORD. 174p.

\_\_\_\_\_. 2002a. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP. 285p.

\_\_\_\_\_. 2002b. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP. 384p.

\_\_\_\_\_. 2005. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: EDUSP. 170p.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, M.L. 2003. **Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record. 473p.

SILVEIRA, M.L. 1999. **Um País, Uma Região: Fim de Século e Modernidades na Argentina**. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP. 488p.

\_\_\_\_\_. 2003. A Região e Invenção da Viabilidade do Território. In: SOUZA, M.A.A. de, (Org.). **Território Brasileiro: Usos e Abusos**. Campinas: Ed. Territorial. pp. 408-416.

SMITH, N. 1998. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. (Trad. Navarro, E. de A.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.